

CRISE FINANCEIRA GLOBAL

mudanças estruturais
e impactos sobre os
emergentes e o Brasil

Organizadores

Luciana Acioly
Rodrigo Pimentel Ferreira Leão

Daniela Magalhães Prates
Emilio Chernavsky
Keiti da Rocha Gomes
Marcos Antonio Macedo Cintra
Marta Castilho

Autores

Livro 2

CRISE FINANCEIRA GLOBAL

mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil

Organizadores

Luciana Acioly
Rodrigo Pimentel Ferreira Leão

Daniela Magalhães Prates
Emilio Chernavsky
Keiti da Rocha Gomes
Marcos Antonio Macedo Cintra
Marta Castilho

Autores

Livro 2

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e de programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ipea

CRISE FINANCEIRA GLOBAL

mudanças estruturais
e impactos sobre os
emergentes e o Brasil

Organizadores

Luciana Acioly
Rodrigo Pimentel Ferreira Leão

Daniela Magalhães Prates
Emilio Chernavsky
Keiti da Rocha Gomes
Marcos Antonio Macedo Cintra
Marta Castilho

Autores

Livro 2

Brasília, 2011

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2011

Crise financeira global : mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil / organizadores: Luciana Acioly, Rodrigo Pimentel Ferreira Leão; autores: Emilio Chernavsky ... [et al.]. - Brasília : Ipea, 2011.
127 p. : gráfs., tabs.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7811-093-2

1. Crise. 2. Recessão Econômica. 3. Mercado Financeiro.
4. Comércio Exterior. 5. Países em Desenvolvimento. 6. Brasil.
I. Acioly, Luciana. II. Leão, Rodrigo Pimentel. III. Chernavsky, Emilio. IV. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.9

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

IMPACTOS DA CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

Marta Castilho*

1 INTRODUÇÃO

A crise financeira internacional interrompeu abruptamente o recente ciclo de crescimento da economia brasileira. Diferentemente das crises financeiras anteriores, as economias latino-americanas e, em particular, a brasileira, foram menos afetadas em suas contas financeiras devido a uma situação externa mais confortável.¹ Evidentemente, a crise financeira afetou os mercados domésticos, com impactos importantes sobre a taxa de câmbio, os fluxos de investimento (de todos os tipos) e a bolsa de valores, repercutindo no nível de confiança dos agentes e, por conseguinte, no lado real da economia brasileira. Algumas grandes empresas brasileiras exportadoras, que vinham se utilizando de contratos de Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACCs) para se financiar, foram impactadas pela forte desvalorização do câmbio e pela impossibilidade de renovar estes contratos. Outras se envolveram com derivativos cambiais altamente arriscados. Porém, passado o “epicentro” da crise,² observou-se que os principais efeitos (ou pelo menos, de maior alcance) sobre a economia doméstica incidiram sobre os fluxos de comércio.³ A crise financeira teve um forte impacto sobre os fluxos de comércio internacionais devido à internacionalização crescente das

* Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). E-mail: castilho@ie.ufrj.br. Agradeço os comentários de Luciana Acioly, Marcos Antonio Macedo Cintra e Pedro Miranda. Contei com o auxílio de Bruno Poses, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFF) na elaboração de tabelas e gráficos.

1. Ver Ocampo (2009) e Bárcena (2010) para uma análise do impacto da crise sobre as economias latino-americanas. Um exame das repercussões da crise sobre o comércio latino-americano encontra-se em Cepal (2009).

2. A terceira fase da crise financeira (seguindo a periodização de Ocampo, 2009) foi marcada pela quebra do banco de investimento norte-americano Lehman Brothers, à qual se seguiu a falência “técnica” da seguradora AIG. Segundo Freitas (2009), esse momento marcou a “internacionalização” da crise financeira norte-americana”.

3. Vale assinalar que o *timing* das dimensões financeira, real e comercial da crise é bastante diferente, o que pode levar a uma percepção equivocada sobre a intensidade destas dimensões. Para uma análise dos impactos da crise sobre a esfera financeira da economia brasileira, ver Freitas (2009).

cadeias produtivas (OMC, 2009a⁴ e BÉNASSY-QUÉRÉ *et al.*, 2009) e à sua imbricada ligação com as finanças (ou, em outras palavras, a “financeirização” da produção e do comércio).

Além de diferenciar a presente crise das anteriores, o forte impacto da crise financeira sobre os fluxos comerciais trouxe implicações relevantes para a economia brasileira, visto que o ciclo de crescimento recente contou com uma contribuição positiva e significativa do comércio exterior. A importância deste e, em particular, das exportações para a economia brasileira ficou evidente pela evolução do coeficiente das exportações sobre o produto interno bruto (PIB), que passou de 8,5%, em 2000, para 12,6%, em 2008.⁵

Até meados de 2008, a economia brasileira, que se encontrava em vigoroso crescimento, tinha resistido aos efeitos da crise. Porém, no quarto trimestre daquele ano, a crise econômica internacional exerceu forte impacto sobre os fluxos de comércio exterior do país. A queda nos valores de exportações e importações, no entanto, foi assimilada em um intervalo relativamente curto e, passados dois anos da eclosão da crise no mercado internacional, o patamar de comércio exterior encontra-se próximo ao do período pré-crise. Percebe-se, contudo, que algumas mudanças, sobretudo na pauta de exportações – inicialmente atribuídas à crise – mostraram-se persistentes e têm reforçado tendências observadas ao longo de década. Em outras palavras, as tendências de curto prazo acentuaram as tendências estruturais que vinham se manifestando desde o início do milênio na especialização da economia brasileira.

O objetivo deste trabalho é mostrar os principais efeitos da crise econômica mundial sobre o comércio exterior brasileiro, buscando verificar em que medida as mudanças na pauta resultantes do “vendaval” de 2008 perpetuam-se, tornando-se mais “estruturais” do que “conjunturais”. A presente análise restringe-se ao comércio exterior e mais especificamente ao Brasil. Dessa forma, não se busca complementar a literatura sobre as causas da crise nem sobre os impactos nas finanças, na produção e no emprego.⁶

4. Cf. OMC (2009a, p.2). “*Trade contraction or expansion is no longer simply a question of changes in trade flows between a producing country and a consuming country – goods cross many frontiers during the production process and components in the final product are counted every time they cross a frontier.*”

5. Ainda segundo os dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), para o mesmo período, as exportações brasileiras passaram de 0,87% das exportações mundiais para 1,25%. Embora esta parcela ainda seja pequena, a evolução atesta um crescimento significativo em um período de forte dinamismo do comércio mundial.

6. Vasta literatura internacional, buscando identificar causas e analisando suas características encontra-se disponível. Vale chamar atenção para o livro de Krugman (2010) e Aglietta (2008). No Brasil, grande parte dos trabalhos consagra-se aos aspectos financeiros da crise, por razões óbvias – ver, por exemplo, os “Dossiês da Crise (I e II)”, publicados pela Associação Keynesiana Brasileira. Um número menor de trabalhos investiga os impactos sobre o lado real da economia, valendo mencionar diversos artigos publicados no Radar/Ipea e também os trabalhos elaborados pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), disponíveis nas respectivas páginas eletrônicas.

O artigo está organizado da seguinte maneira, após esta breve introdução. Na segunda seção, analisa-se a evolução recente do comércio e da produção mundial. Em seguida, consagra-se à evolução do comércio exterior brasileiro, contrastando o desempenho recente com o da década de 2000. A análise do comércio exterior brasileiro é realizada em três momentos: *i)* a terceira seção apresenta a evolução dos fluxos agregados de importação e exportação; *ii)* a quarta discute a evolução da composição geográfica das exportações; e *iii)* a quinta, sua composição setorial. A maior atenção dada aos fluxos de exportação se justifica pelo fato de que essas passaram por mudanças estruturais mais acentuadas – e, talvez, com maiores implicações para a estrutura produtiva brasileira – do que as importações. Essas últimas, embora tenham apresentado forte retração diante da eclosão da crise, em 2008, para, em seguida, retomarem uma trajetória de crescimento sustentado, apresentaram relativa estabilidade em termos de configuração geográfica e setorial. A última seção apresenta as principais conclusões.

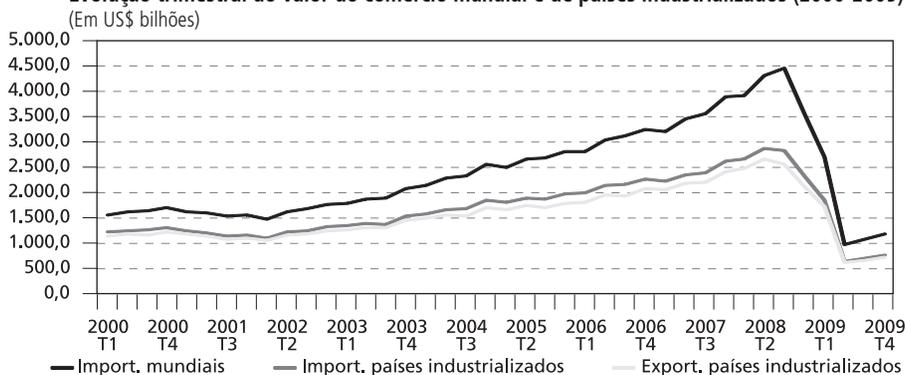
2 EVOLUÇÃO RECENTE DO COMÉRCIO MUNDIAL

A “primeira fase” da crise financeira internacional data de meados de 2007, segundo Ocampo (2009). Nesse período, a crise financeira se manifestou nos EUA, com impacto negativo sobre o volume de financiamento nos mercados internacionais. A “segunda fase” correspondeu à queda dos preços das *commodities* a partir de julho de 2008. A “terceira” – ou “epicentro” – foi quando a crise financeira assumiu uma característica sistêmica em setembro de 2008. Segundo esse autor, as economias latino-americanas e as dos demais países em desenvolvimento não foram afetadas de forma significativa pela primeira fase da crise, em função dos elevados níveis de reservas internacionais, do dinamismo das economias asiáticas e da evolução dos preços de *commodities*. Como discutido adiante, os preços das *commodities* tiveram uma alta particularmente acentuada durante o primeiro semestre de 2008, o que Calvo (2008) chamou de “veranico”, beneficiando as economias em desenvolvimento. Essa dinâmica desencadeou a percepção de que essas economias encontravam-se isentas dos efeitos da crise – segundo Ocampo, 2009, essa é a “tese do descolamento das economias emergentes”, atribuída ao Fundo Monetário Internacional.

O impacto da crise financeira sobre os fluxos de comércio mundiais deu-se somente em sua terceira fase. Como se pode verificar pelo gráfico 1, depois de um crescimento quase contínuo e superior a 210% do comércio mundial, entre 2000 e o segundo trimestre de 2008, a queda que se seguiu foi extremamente abrupta. Entre julho de 2008 e fevereiro de 2009 – mês em que os fluxos de comércio mundiais e dos países desenvolvidos atingiram o seu mínimo –, a queda das importações mundiais superou 40%.

GRÁFICO 1

Evolução trimestral do valor do comércio mundial e de países industrializados (2000-2009)



Fonte: International Financial Statistics (IFS) – International Monetary Fund (IMF). Disponível na página eletrônica: <www.imf.org>.

Elaboração da autora.

No que se refere aos países industrializados, o crescimento do comércio acumulado, entre 2000 e 2007, foi bem inferior ao observado para o comércio mundial (160%), sendo essa diferença decorrente, em grande parte, do dinamismo do comércio exterior chinês. A queda no comércio dos países industrializados foi, no entanto, análoga à do comércio mundial e, logo, relativamente mais importante para esse grupo de países do que para os países em desenvolvimento. Vale assinalar que essas informações estão em valores, refletindo uma dupla contração – do volume e dos preços – resultante do desaquecimento da economia mundial. Estimativas da OMC (2009b) indicam que a contração do comércio mundial foi de 12,8% em volume e de 23% em valor, no ano de 2009, sendo a estimativa de queda para os países desenvolvidos superior à dos países em desenvolvimento.⁷

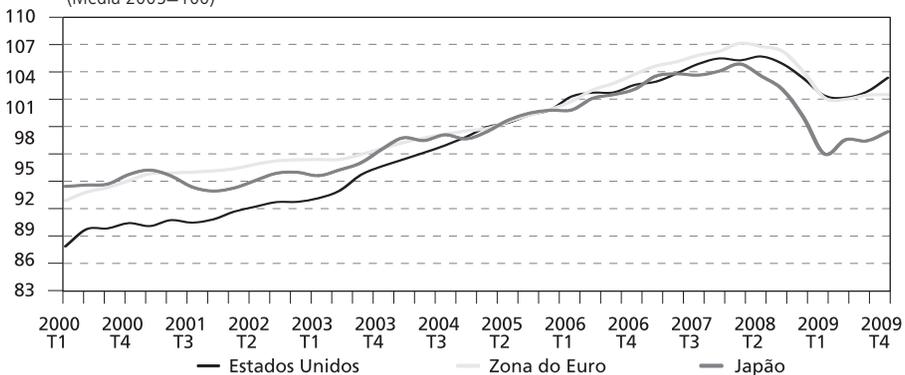
Essa retração do comércio mundial deu-se fundamentalmente por duas razões: *i*) inicialmente, pela abrupta contração do crédito ao comércio; *ii*) e, em seguida, pela redução da demanda mundial, que respondeu à deterioração das expectativas e da situação financeira das empresas e das famílias.

A trajetória de crescimento dos fluxos internacionais de comércio, até 2008, refletia e retroalimentava o crescimento do PIB. Para a maioria dos países, os anos compreendidos entre 2000 e 2007 foram anos de crescimento econômico sustentado. Alguns países tiveram evoluções diferenciadas, como, por exemplo, a Argentina, que passou por profunda crise no biênio 2001-2002. Mas a taxa média de crescimento real do PIB mundial foi superior a 4% ao ano nesse período.

7. Segundo os dados trimestrais de comércio publicados pela Organização Mundial de Comércio (OMC) (<http://www.wto.org/french/res_f/statis_f/quarterly_world_exp_f.htm>, extraído em 28/08/2010), a contração do valor de comércio mundial, em 2009, alcançou 23%. Os países das Américas e da Europa teriam apresentado uma queda pouco superior a 20%, enquanto a retração na Ásia foi de -18%. Variações maiores foram observadas para os países africanos e para a Comunidade de Estados Independentes (CEI).

A crise financeira interrompeu essa trajetória e impactou os países em momentos diferentes. A partir dos dados trimestrais (gráfico 2), observa-se que a queda do PIB começou a ser registrada no segundo trimestre de 2008, na Zona do Euro e no Japão e, no terceiro trimestre, nos EUA. Entre os países em desenvolvimento, a reversão na tendência de crescimento do PIB, para a maioria deles, foi mais variada: enquanto no Chile a queda foi acentuada no terceiro trimestre de 2008, na Argentina e na Coreia do Sul – e no Brasil, como analisado adiante –, a redução mais abrupta do nível de atividades ocorreu no primeiro trimestre de 2009.

GRÁFICO 2
Evolução do PIB trimestral nos países industrializados (2000-2009)
(Média 2005=100)



Fonte: IFS – IMF. Disponível na página eletrônica: <www.imf.org>.

Elaboração da autora.

Quanto à contração do crédito mundial, estimativas do Banco Mundial (2009) sugerem uma retração de 40% do crédito ao comércio mundial no último trimestre de 2008, relativamente ao mesmo período do ano anterior. Apesar de esses dados serem parciais e não contemplarem a totalidade das transações existentes, são uma indicação da magnitude da retração do crédito. Esta se explica pela contração generalizada da liquidez nos mercados mundiais, decorrente da falência de instituições financeiras e da forte retração das instituições bancárias e não bancárias, agravada pelo aumento da aversão ao risco dos investidores.⁸ Essa contração da liquidez ainda causou um encarecimento do custo do crédito, assim como afetou as transações de financiamento dos fluxos de comércio internacional.

Em fins de 2008, acreditava-se em que os países em desenvolvimento tendiam a ser mais afetados pela contração do crédito, em virtude de serem considerados países com níveis de riscos superiores e exportadores de bens com

8. Para uma análise mais detalhada dos problemas de falta de financiamento, ver Intal (2009b), que mostra também quais medidas foram adotadas no sentido de minimizar tais problemas.

menor valor agregado. Para esses bens, o custo elevado do financiamento podia superar a margem de lucro dos exportadores. Passado o período mais crítico da crise, o crédito iniciou um processo de recuperação, e o crescimento da demanda por determinadas *commodities* (motivado por razões reais ou financeiras) está aliviando a pressão sobre os exportadores dos países em desenvolvimento.

Outra fonte de instabilidade para o comércio mundial são os possíveis ataques especulativos às moedas, que podem ocasionar variações abruptas das cotações, com impactos macro e microeconômicos importantes. No caso brasileiro, a forte desvalorização do real, no segundo semestre de 2008, impôs perdas importantes a determinados exportadores brasileiros, conforme sugerido anteriormente.

Enfim, diversos autores alertaram para o possível recrudescimento do protecionismo, que se pode dar de diversas maneiras, sem que os países necessariamente fujam das regras acordadas na Organização Mundial do Comércio (OMC). Em primeiro lugar, os acordos internacionais preveem a utilização de determinados instrumentos na presença de *dumping* por parte das empresas exportadoras, de subsídios pelos governos aos exportadores (medidas compensatórias) ou, ainda, de problemas de balanço de pagamentos (medidas desalvaguarda). Embora sua aplicação esteja condicionada à comprovação dos problemas que teriam suscitado seu uso, é de amplo reconhecimento o uso dessas medidas como proteção contingente. Tais medidas têm abrangência reduzida: as *anti-dumping* normalmente são específicas a determinados setores (como siderurgia e química) e as demais não são utilizadas com muita frequência. Porém, alguns estudos mostram que seu uso aumenta em períodos de recessão.⁹

A abertura de processos *antidumping* – medidas compensatórias e de salvaguardas – intensificou-se desde 2007.¹⁰ O aumento no uso de medidas de defesa comercial ou de proteção temporária aconteceu primeiramente nos países desenvolvidos e posteriormente nos países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos, em particular os EUA, começaram a sentir os efeitos da crise financeira antes dos países em desenvolvimento, o que explicou a maior intensidade na abertura de processos pelos primeiros em 2008 e pelos segundos em 2009 (gráfico 3). Os dados computados trimestralmente apontam para um “pico” de abertura de processos, no terceiro trimestre de 2009, e um arrefecimento no uso de tais instrumentos a partir de então. Bown (2009) chama atenção para o crescimento do uso das medidas salvaguardas, que não são medidas muito utilizadas, mas possibilitam uma proteção mais abrangente do que as medidas *antidumping*, em termos de países e de produtos. Adicione-

9. OMC (2009b) mostra o aumento de medidas *antidumping* em períodos recessivos entre 1979 e 2008. Cita também diversos trabalhos que mostram uma correlação positiva entre variáveis macroeconômicas e o número de medidas *antidumping*.

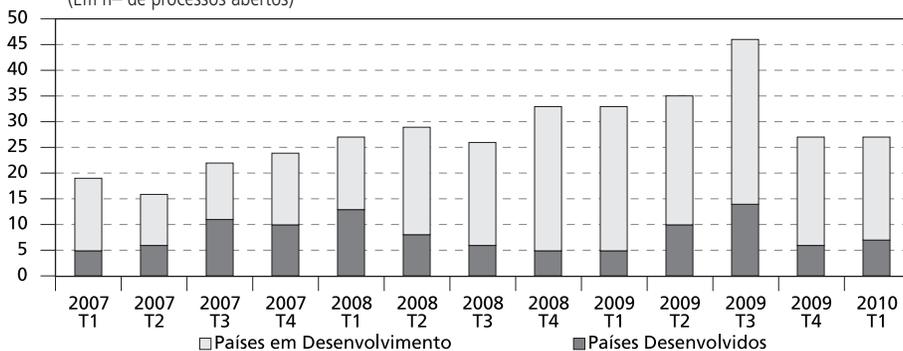
10. As informações estatísticas provêm de Bown (2010), responsável pela base *Temporary Trade Barriers Database* do Banco Mundial. Na página eletrônica da base, também se encontram disponíveis diversas análises sobre o uso das medidas de proteção temporária.

se a esse quadro o crescimento de investigações antissubsídios como resposta à série de medidas que vêm sendo tomadas para sustentação das atividades domésticas por diversos países.¹¹

GRÁFICO 3

Abertura de novos processos de *antidumping*, salvaguardas e medidas compensatórias (2007-2010)

(Em nº de processos abertos)



Fonte: Bown (2010).

Existem, ainda, outros dois possíveis mecanismos que permitiram, dentro das regras da OMC, aumentar o nível de proteção das economias. Por um lado, as tarifas aplicadas pelos países são inferiores àquelas consolidadas junto à OMC (as quais não podem ser aumentadas) e muitas das concessões preferenciais ocorrem no âmbito bilateral. Isso significa que os países têm margem de manobra para aumentar as tarifas sem ferir os compromissos assumidos multilateralmente. Segundo Bouët e Laborde (2010), as diferenças entre as tarifas aplicadas e as consolidadas são de 1,4%, em média, para os países de renda alta, de 11,2% para os países de renda média, e de 26,3% para os países menos desenvolvidos.¹²

Por outro lado, existem margens também para aumento da concessão de subsídios, visto que os compromissos assumidos junto à OMC, pelos EUA e União Europeia, por exemplo, abrem possibilidades para esses aumentos.¹³ Nesse sentido, existe uma discussão acerca do impacto e da compatibilidade com as regras multilaterais de comércio das múltiplas medidas de apoio à produção nacional adotada pelos países.¹⁴

11. Sobre esse ponto, ver Intal (2009a).

12. Essas tarifas são aquelas impostas pelos grupos de países citados sobre suas importações. Os autores calculam igualmente as tarifas enfrentadas pelas exportações dos países nos mercados de destino. No caso dos países de renda média, grupo no qual se insere o Brasil, a proteção atual incidente sobre suas exportações é de 4,6% e poderia chegar a 8,9% se vigorassem as tarifas consolidadas.

13. Segundo a Intal (2009a), a queda dos preços dos produtos agrícolas ampliou as demandas por subsídios no segundo semestre de 2008.

14. Sobre este ponto, ver Naidin, Gadelha e Lemme (2009) ou Bouët e Laborde (2010), por exemplo.

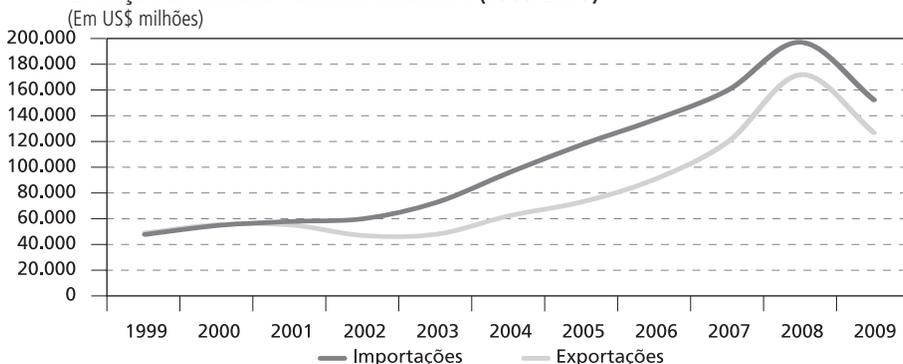
Apesar de tais possibilidades, a evolução recente dos instrumentos associados aos três mecanismos de proteção aqui assinalados anteriormente não sugere que tenha havido um aumento significativo e durável do protecionismo em torno do mundo. Ainda há espaço para medidas de suporte e para conflitos em torno delas. Porém, ao menos por enquanto, parece ser válida a constatação de Bouet e Laborde (2010), que não veem evidências fortes de aumento do protecionismo.¹⁵

3 EVOLUÇÃO RECENTE DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

A crise financeira internacional “chegou” ao Brasil no segundo semestre de 2008. Até então, existia uma desconfiança sobre a influência que a deterioração da economia norte-americana teria sobre o nível de atividades do país. Rios e Iglesias (2009) atribuem “a demora em reconhecer a gravidade da crise e em reagir aos seus efeitos” ao “forte ritmo de crescimento em que se encontrava a economia brasileira”. De fato, a economia brasileira encontrava-se em um cenário de aceleração dos níveis de investimento, de expansão do consumo doméstico e, ainda, de bom desempenho comercial.

GRÁFICO 4

Evolução do comércio exterior brasileiro (1999-2009)



Fonte: Secex/MDIC. Disponível na página eletrônica: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>.

Elaboração da autora.

O comércio exterior brasileiro, em particular, passou por uma fase de intenso crescimento desde o início do milênio. Após dois anos de baixo crescimento das exportações e mesmo retração das importações em 2001 e em 2002, a corrente de comércio brasileira triplicou entre 2003 e 2004. As exportações apresentaram uma trajetória de crescimento acentuado desde então, passando de US\$ 60 bilhões, em 2002, para o valor recorde de US\$ 198 bilhões, em 2008. Já as importações viram seu valor crescer de forma intensa a partir de meados de 2004, tendo passado de US\$ 48 bilhões, no final de 2003, a US\$ 173 bilhões, em 2008 (gráfico 4).

15. Bouet e Laborde (2010, p.322) concluem uma seção do artigo dedicada às medidas protecionistas recentes, afirmando: “we see that there is no strong evidence of rising protectionism today, at least up through March 2009. However, it is also clear that policymakers have historically changed trade policies in reaction to their current economic conditions”.

A crise financeira internacional que eclodiu em 2008 interrompeu o ciclo de crescimento do comércio exterior brasileiro. Ela se propagou para o lado real da economia por intermédio de diversos canais de transmissão – financeiros e “reais” –, entre os quais dois se destacam. Em primeiro lugar, via comércio exterior, fortemente afetado pela queda da demanda externa e dos preços das *commodities*, conforme analisado adiante. Em segundo lugar, a deterioração das expectativas e a abrupta saída de capitais levaram a uma desvalorização do real, com reflexos importantes sobre a saúde financeira de diversas grandes empresas exportadoras.

No tocante aos aspectos financeiros, a situação externa da economia brasileira – assim como a de diversos países latino-americanos – era relativamente confortável no momento pré-crise. Por consequência, apesar da forte queda dos investimentos diretos estrangeiros (IDE), do aumento da remessa de capitais para o exterior e da contração do crédito internacional, o principal canal de transmissão financeiro da crise sobre o setor real da economia deu-se pela forte e rápida desvalorização do real em setembro de 2008. Tal desvalorização contribuiu para a deterioração das expectativas e, sobretudo, pegou de surpresa grandes empresas exportadoras que se utilizavam dos ACCs como forma de *hedge* (ou de compensação financeira) para suas operações comerciais diante da trajetória de valorização do real.¹⁶ A desvalorização impôs perdas importantes a essas empresas e acabaram por afetar também o sistema bancário brasileiro, pois colocou alguns bancos diante da ameaça de inadimplência (*default*). Embora tenha se observado uma retração do crédito privado, ela foi compensada pela ampliação do crédito pelos bancos públicos. Rios e Iglesias (2009) chamam atenção para o fato de que o contágio financeiro da crise ocorreu menos em função dos mecanismos esperados de transmissão – como o encarecimento do crédito externo e o grau de endividamento externo das empresas nacionais – do que em função do estresse gerado no sistema financeiro, a partir dos problemas encontrados por grandes empresas exportadoras em suas operações com derivativos cambiais. A consequente deterioração das expectativas levou ao adiamento das decisões de compra e de investimento dos agentes (famílias e empresas) e fez com que o PIB brasileiro diminuísse no terceiro trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009,¹⁷ fechando o ano de 2009 com uma variação negativa de 0,2% e encerrando o ciclo de crescimento iniciado em 2004.

16. Os ACCs permitem às empresas anteciparem o recebimento de futuras exportações. Foram usados por muitas empresas como forma de compensar a valorização do real, de baratear os créditos bancários ou ainda de obter lucros puramente financeiros (especulação). A brusca variação cambial e a contratação de crédito fizeram com que grandes exportadoras como a Sadia ou a Aracruz Celulose se encontrassem em uma situação financeira delicada no segundo semestre de 2008. Farhi e Borghi (2009) analisam detalhadamente o impacto da crise sobre as empresas produtivas brasileiras que detinham posições importantes em derivativos de dólar, atribuindo suas perdas à crescente “financeirização” de suas atividades.

17. O PIB, medido a preços de mercado, se retraiu em 4,9% no 3º trimestre de 2008, e em 4,5% no primeiro trimestre de 2009 (relativamente aos trimestres imediatamente anteriores, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, disponível na base de dados Ipeadata).

Os primeiros efeitos da crise internacional sobre os fluxos de comércio apareceram no primeiro semestre de 2008, sob forma de forte flutuação – esse fenômeno fica mais claro a partir dos dados mensais de exportação e de importação apresentados no gráfico 5. Ainda assim, os valores mensais foram bastante elevados, entre maio e outubro, a partir de quando a crise internacional causa uma forte alteração na trajetória dos fluxos comerciais. As exportações acusaram uma queda de 7,5% em outubro e de 20,3% em novembro, enquanto as importações sofreram uma redução de 24,1%, somente no mês de novembro.

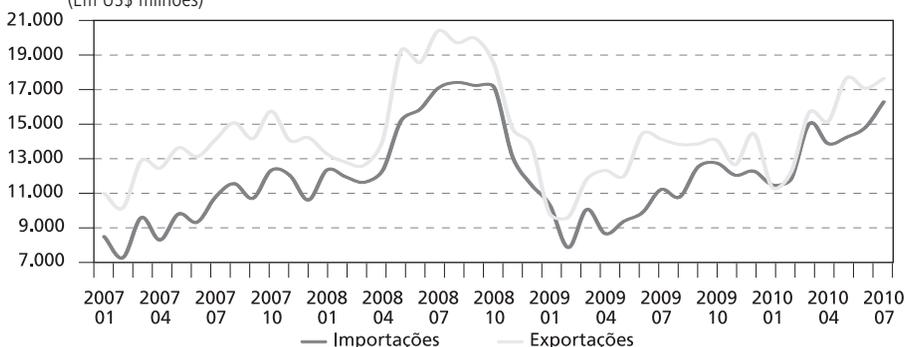
A partir de então, os fluxos de comércio se contraíram forte e continuamente, até o mês de fevereiro de 2009, quando se observaram os menores valores mensais, desde 2006, para as exportações, bem como para as importações. Entre outubro de 2008 e fevereiro de 2009, os fluxos mensais de comércio se reduziram quase à metade: o valor das exportações caiu 48%, e as importações, 54%.

Depois de atingir seu mais baixo volume em fevereiro de 2009, os fluxos de comércio voltaram a crescer. A recuperação das exportações foi inicialmente mais forte do que a das importações, tendência que perdurou até meados de 2009. No segundo semestre, no entanto, percebe-se uma relativa estabilidade do valor mensal das exportações e um crescimento, quase contínuo, das importações mensais. Apesar do fraco desempenho do comércio exterior brasileiro nos dois primeiros meses de 2010,¹⁸ a trajetória de crescimento do comércio exterior manteve-se, pois as importações cresceram a taxas superiores às exportações. Como resultado, em meados de 2010, o valor já se equipara àqueles observados no momento de “euforia” anterior à eclosão da crise no segundo trimestre de 2008.

GRÁFICO 5

Evolução dos fluxos mensais de exportação e de importação brasileiros (2000-2009)

(Em US\$ milhões)

Fonte: Secex/MDIC. Disponível na página eletrônica: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>.

Elaboração da autora.

18. Essa queda encontra, sobretudo, explicações sazonais. Porém, ao se compararem os valores mensais com os mesmos meses de 2009, observa-se um crescimento tanto das exportações como das importações – 15,6% e 11,6% em janeiro, respectivamente.

Uma comparação mais apurada da evolução dos fluxos de comércio mensais mostra que, embora as exportações tenham tido um impulso de recuperação maior do que as importações, e apesar da obtenção de superávits comerciais na maior parte do período, o crescimento das importações tem sido mais constante e forte do que o das exportações. Por um lado, o primeiro momento de recuperação das exportações (segundo semestre de 2009) esteve associado à recomposição dos estoques de minerais e de outras *commodities* da China e da União Europeia. De fato, os preços das *commodities*, como discutido adiante, têm-se beneficiado da gradativa recuperação das atividades econômicas nos mais diversos países, dos problemas associados às colheitas de diferentes produtos agrícolas e também da retomada das atividades financeiras, sobretudo no que se refere às *commodities* minerais. Por outro lado, se as importações, em 2009, apresentaram uma queda acumulada no ano superior à das exportações (diferença de 3,5 pontos percentuais), em julho de 2010, elas acumularam um crescimento bem superior ao das exportações (diferença de 18 pontos percentuais).

Como consequência dessa evolução de vendas e de compras externas, o saldo comercial tem permanecido superavitário, porém relativamente volátil e decrescente. Em 2009, ele se mostrou bastante volátil, em função, sobretudo, do comportamento das exportações – o que não é surpreendente, dada a proximidade da crise e dadas as incertezas por ela geradas. Porém, em 2010, o saldo acumulado, no primeiro semestre, é inferior ao (já reduzido) saldo observado em 2009. Tal evolução suscita preocupações quanto à evolução do balanço de pagamentos, visto que, por um lado, a economia doméstica tem ficado bastante aquecida, pressionando as importações e, por outro, alguns dos principais mercados de destino das exportações brasileiras ainda se encontram em uma recuperação lenta.

Acrescente-se a esse cenário a valorização da taxa de câmbio real, que, após a repentina desvalorização ocasionada pela crise financeira internacional, voltou a patamares inferiores aos observados em agosto de 2008. Com efeito, entre agosto e dezembro de 2008, o real se desvalorizou em 28%, frente a uma cesta de 13 moedas. Tal desvalorização não se sustentou e, um ano após a eclosão da crise, a taxa de câmbio real se encontrava em nível equivalente ao pré-crise.¹⁹

19. O comportamento frente às diversas moedas é distinto: as maiores desvalorizações deram-se relativamente ao iene (Japão) e ao iuane (China), e as menores, face ao México. Relativamente à moeda argentina, à cesta da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), ao dólar norte-americano e à cesta da Zona do Euro, a magnitude da desvalorização do real foi similar e próxima à da cesta de moedas (até por conta do peso de tais moedas no cálculo). A valorização posterior, no entanto, foi mais intensa relativamente à Zona do Euro. Com relação às moedas chinesa e japonesa, em julho de 2010, o real encontrava-se em situação mais confortável, com uma desvalorização estimada de, respectivamente, 9% e 22%, comparativamente ao mês de agosto de 2008. A evolução da taxa de câmbio pode ter favorecido o crescimento das exportações brasileiras para a China, mas tem poder explicativo limitado, visto que, para outros mercados, como o europeu (para quem as exportações reagiram tão rapidamente quanto para a China), a evolução da taxa de câmbio real mostrou-se desfavorável para as exportações. Diversos trabalhos recentes explicitam, aliás, que as exportações brasileiras são mais sensíveis a variações da demanda do que da taxa de câmbio – ver Ribeiro, 2006, por exemplo. Os indicadores de taxa de câmbio real são provenientes da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) – disponível em <<http://www.funcexdata.com.br>> – e utilizam o Índice de Preços por Atacado (IPA) como deflator.

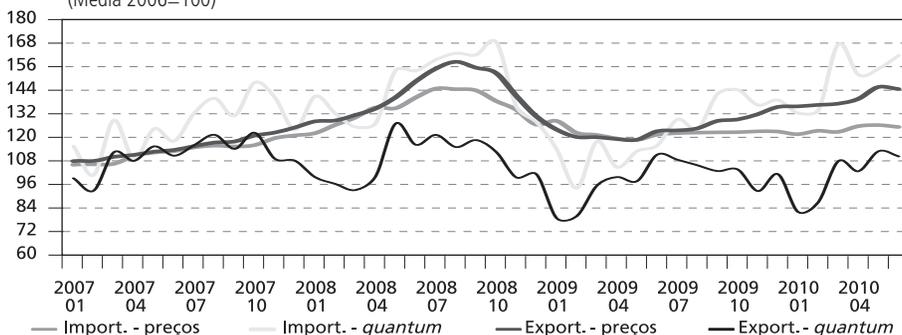
Em suma, a crise financeira “demorou” a impactar o comércio exterior brasileiro (assim como para grande parte dos países emergentes), porém o fez na mesma intensidade com que abalou os fluxos internacionais de comércio. A recuperação desses fluxos – para a economia brasileira e também para as dos demais emergentes – foi mais rápida do que para as economias centrais. Após atingir o “fundo do poço” em fevereiro, os fluxos de comércio apresentaram uma boa recuperação, ainda que com variações mensais relativamente fortes.

A crise financeira impactou de forma mais abrupta as quantidades comercializadas do que os preços, conforme se verifica no gráfico 6. Isso é observado tanto para as exportações como para as importações, ainda que a redução do *quantum* importado tenha sido bem mais intensa do que para o *quantum* exportado. A suspensão repentina dos investimentos – decorrente da inversão das expectativas – e a queda do nível de produção explicam a queda das compras externas brasileiras. Por outro lado, as quantidades exportadas já vinham apresentando uma tendência à queda desde 2007, tendência compensada temporariamente pelo aumento dos preços. Como salienta Ribeiro (2009, p.5), “antes de iniciar-se a crise, as exportações brasileiras sustentaram seu crescimento nos ganhos de preço, especialmente em 2008”. Ou seja, a crise não somente fez “secar” a fonte de crescimento do valor das exportações nos últimos anos – aumento dos preços – como ainda causou uma contração das quantidades exportadas, que já vinham perdendo dinamismo desde 2007.

GRÁFICO 6

Evolução trimestral do *quantum* e dos preços das exportações e das importações brasileiras (2007-2010)

(Média 2006=100)



Fonte: FuncexData – Funcex. Disponível na página eletrônica: <<http://www.funcexdata.com.br>>.

Elaboração da autora.

O comportamento do *quantum* exportado foi bem diferente do importado no período que se segue. Entre fevereiro e julho de 2009, o *quantum* exportado cresceu para depois mostrar uma forte volatilidade e alcançar um patamar 10% inferior ao máximo observado no pré-crise, em junho de 2010. As quantidades importadas, ao contrário, já alcançaram o nível pré-crise.

A evolução dos preços, ao longo de todo o período, foi mais suave do que a das quantidades e, na comparação entre preços das exportações e das importações, as variações foram mais intensas para as primeiras. Fica evidente, pelo gráfico 6, a valorização das *commodities* em meados de 2008, o que acabou por causar uma queda mais intensa para o índice de preços das exportações do que das importações. A partir de meados de 2009, nota-se uma divergência na tendência do índice de preços das importações e das exportações, com certa estabilidade do primeiro e uma tendência de crescimento do segundo.

4 EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES SEGUNDO MERCADOS DE DESTINO

O Brasil há muito se consolidou como um *global trader* no cenário comercial mundial, característica que se tem reforçado nos últimos anos. A tabela 1 mostra que, ao longo das últimas duas décadas, a diversificação das exportações brasileiras vem crescendo, fruto do ganho de peso de novos mercados e da perda de importância relativa dos parceiros tradicionais do Brasil, como EUA e União Europeia. Nesse sentido, é notável o aumento da importância dos mercados latino-americanos e da China. A participação da Aladi (inclusive Mercado Comum do Sul – Mercosul), que, no início dos anos 1990, respondia por cerca de 13% das exportações brasileiras, cresceu em 10 pontos percentuais, atingindo 23% em 2007/2008.²⁰ O crescimento das exportações para a China foi mais recente. Sua participação nas exportações brasileiras cresceu significativamente depois de 2000, fazendo com que ela se tornasse o terceiro mercado de destino das exportações brasileiras em 2008. Nesse período, seu peso passou de 2% das exportações brasileiras para 8% em 2008. Esse crescimento, no entanto, foi pequeno, se comparado ao que aconteceu em 2009.

Por conta dos efeitos da crise sobre os diferentes mercados e da redução dos preços internacionais, a composição geográfica das exportações brasileiras se modificou significativamente em 2009. No caso da China, sua participação quase dobrou, passando de 8% para mais de 13% em apenas um ano. Tal movimento foi muito forte no primeiro semestre de 2009, por conta da recomposição dos estoques de determinadas matérias-primas, como mencionado anteriormente. Ele se arrefeceu no segundo semestre, mas voltou a se manifestar em 2010, quando as exportações para a China atingiram cerca de 15% do total. Desde 2009, a China tornou-se o primeiro parceiro comercial do Brasil, tendo ultrapassado os EUA e a Argentina.

20. Na década de 1990, foi o aumento do comércio no âmbito do Mercosul o responsável por tal crescimento, enquanto, nos anos 2000, o crescimento maior foi devido aos demais parceiros da América do Sul e ao México.

TABELA 1
Evolução da distribuição geográfica das exportações brasileiras (1990-2010 – anos selecionados)
 (Em %)

Países/período	1990 1991	1995 1996	2000 2001	2005 2006	2007 2008	2009	2010 1º semestre
Mercosul	5,8	14,5	12,7	10,2	11,1	10,3	10,9
Argentina	3,4	9,9	10,1	8,6	9,1	8,4	8,8
Uruguai	1,0	1,7	1,2	0,7	0,8	0,9	0,8
Paraguai	1,4	2,8	1,4	0,9	1,2	1,1	1,3
Aladi	7,4	8,1	9,9	12,4	11,5	9,2	9,4
Bolívia	0,7	1,1	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6
Colômbia	0,5	1,0	1,0	1,4	1,2	1,2	1,1
Chile	1,9	2,4	2,3	3,0	2,6	1,7	2,0
Peru	0,6	0,8	0,6	1,0	1,1	1,0	1,0
México	2,0	1,3	3,2	3,4	2,4	1,7	1,9
Venezuela	1,1	1,0	1,7	2,3	2,8	2,4	2,0
União Europeia	32,7	27,7	26,7	21,9	23,8	22,2	21,6
Alemanha	6,4	4,6	4,5	4,3	4,6	4,0	4,0
Espanha	2,3	2,0	1,8	1,8	2,2	1,7	2,0
Itália	4,8	3,5	3,6	2,8	2,6	2,0	2,1
França	2,8	2,1	3,0	2,1	2,2	1,9	1,9
América do Norte	26,1	21,8	29,2	24,0	15,6	11,3	11,1
EUA	29,2	22,3	27,2	18,5	14,4	10,2	10,0
Ásia	17,6	17,2	11,9	15,7	17,8	25,8	27,3
China	1,0	2,5	2,7	6,1	7,7	13,2	15,1
Índia	0,5	0,5	0,5	0,8	0,6	2,2	2,2
Japão	7,9	6,6	4,0	2,9	3,0	2,8	3,2
Ásia Pacífico	7,9	7,0	4,2	5,3	6,0	5,9	5,4
Coreia do Sul	1,9	1,8	1,2	1,5	1,5	1,7	1,6
Oriente Médio	3,5	2,7	3,0	4,0	4,1	4,9	4,7
África	3,3	3,3	3,0	5,3	5,3	5,7	4,3
Total (em US\$ milhões)	31.168	46.493	55.572	125.772	173.058	152.995	89.187

Fonte: FuncexData – Funcex; Secex – MDIC. Disponíveis na página eletrônica: <<http://www.funcexdata.com.br>> e <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>.

Elaboração da autora.

A evolução das exportações mensais para os principais mercados de destino das exportações brasileiras, entre janeiro de 2007 e setembro de 2009, está representada no gráfico 7. Percebe-se relativa estabilidade dos valores para todos os mercados até abril de 2008. A partir daí, as exportações para alguns mercados – China, União Europeia e EUA – apresentaram um crescimento abrupto, ao qual se seguiu uma queda ainda mais abrupta a partir de outubro. A trajetória de queda, nesses três mercados, é bastante similar e foi acompanhada por uma forte redução das exportações para a Argentina, também a partir de outubro. O desempenho das exportações para o Japão mostrou uma queda bem mais suave.

A partir do mês de dezembro, no entanto, a evolução das exportações se mostrou bem distinta, segundo os diversos mercados. Enquanto as exportações para os demais mercados continuaram a cair, aquelas destinadas à China, após atingirem seu nível mais baixo em novembro de 2008, retomaram a trajetória de crescimento. Esse crescimento se intensificou a partir de fevereiro, com as exportações para a China atingindo seu valor máximo mensal em junho de 2009 (US\$ 2,9 bilhões). Logo, esse país emergiu, no primeiro semestre de 2009, como o primeiro mercado de destino para as exportações brasileiras, considerando os países individualmente. No segundo semestre de 2009, as exportações mensais para aquele país caíram de forma significativa. No primeiro semestre de 2010, as exportações para a China voltaram a crescer, batendo um novo recorde no mês de maio (US\$ 3,5 bilhões). O desempenho das exportações para esse país está ligado principalmente a três fatores: *i*) seu crescimento econômico; *ii*) menor valorização da taxa de câmbio da moeda brasileira relativamente ao iuane (comparativamente às demais moedas); e *iii*) evolução de produtos específicos, para os quais a China fez movimentos de recomposição de estoques no primeiro semestre de 2009. No primeiro semestre de 2010, as exportações para a China mantiveram um ritmo acelerado de crescimento (relativamente ao período).

As exportações para a União Europeia não apresentaram uma recuperação tão espetacular como aquelas destinadas à China, mas mostraram uma vigorosa recuperação desde o início do ano. O valor mensal mais baixo foi observado em fevereiro de 2009 e, desde então, as exportações cresceram cerca de 40%. Para os países da União Europeia, apesar de o valor exportado ter voltado ao nível do início de 2007, as expectativas de crescimento futuro não são animadoras. Nesse bloco, o reaquecimento da demanda tem sido bem mais lento – o que, juntamente com o nível da taxa de câmbio real-euro, não favorece uma forte expansão das vendas brasileiras.

Quase tão espetacular quanto o crescimento das exportações para a China foi a queda das vendas para os EUA. Entre os meses de setembro de 2008 e de maio de 2009, as exportações mensais acumularam uma queda de 65%. Desde então, os embarques voltaram a crescer para os EUA, mas de forma pouco intensa, fazendo com que, ao final do primeiro semestre de 2010, o valor ainda estivesse abaixo do valor médio exportado em 2007. Tal comportamento explica por que o peso dos EUA nas exportações totais brasileiras atingiu 10% depois de já ter absorvido mais de ¼ na década de 1990.

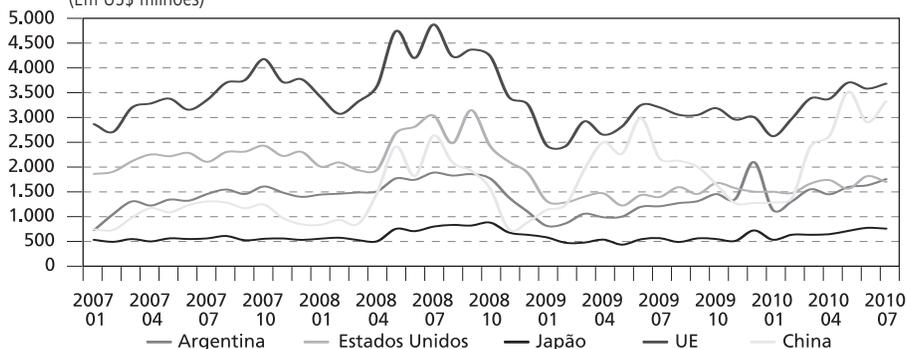
No caso das exportações para a Argentina, os valores caíram, desde setembro de 2008, em um ritmo próximo à redução das exportações para os EUA. Na comparação de maio de 2009 (valor mais baixo desde o início da crise) com setembro de 2008, a queda é de 53%. Desde então, as exportações vêm

umentando a um bom ritmo, o que permitiu a esse país recuperar, em julho de 2010, em termos de valores mensais, a posição de segundo mercado de destino para as exportações brasileiras.

GRÁFICO 7

Evolução mensal das exportações para mercados selecionados (2007-2009)

(Em US\$ milhões)



Fonte: Secex/MDIC. Disponível na página eletrônica: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>.

Elaboração da autora.

Vale assinalar que esses movimentos bruscos refletem, em alguns casos, tendências observadas desde antes da crise. É o caso do aumento do comércio com a China – cujo peso nas exportações totais brasileiras passou de 2%, em 2000, para 8,3%, em 2008 – e da perda de dinamismo das exportações para os EUA – cujo peso caiu de 27%, em 2000, para 14%, em 2008.

Essas diferentes evoluções estão associadas à composição *setorial* da pauta para os diversos mercados. Ademais, a recente mudança na distribuição geográfica pode ter implicações importantes na composição das exportações brasileiras. De fato, o mercado que se tem mostrado mais dinâmico para as exportações brasileiras, a China, absorve (crescentemente) produtos básicos e/ou pouco elaborados.²¹ Para a União Europeia – outro mercado que também mostra recuperação –, o crescimento tem sido liderado, sobretudo, por produtos agrícolas (soja, café, suco de laranja, etanol) ou minerais (minério de ferro, produtos siderúrgicos e petróleo). Por outro lado, para os dois principais mercados para os produtos manufaturados brasileiros, Argentina e EUA, as exportações brasileiras caíram respectivamente 40% e 45%, entre janeiro e agosto de 2009, relativamente ao ano anterior. Para o terceiro destino das exportações de produtos manufaturados brasileiros, a União Europeia, a exemplo dos dois

21. Para a China, cerca de 90% dos produtos exportados pelo Brasil são de produtos básicos ou semimanufaturados, com destaque para soja trituraada, minério de ferro e petróleo em bruto. Além de se caracterizar por produtos de baixo valor agregado, ela é também muito concentrada.

outros (Argentina e EUA), as exportações se reduziram fortemente no período pós-crise.²² Não se deve negligenciar o efeito da retomada de crescimento dos preços das *commodities*, nem a lenta recuperação das economias centrais, notadamente a norte-americana. Vale acrescentar, ainda, a crescente concorrência dos produtos chineses em mercados importantes como o da América Latina ou o dos EUA.

Em suma, os mercados que se vêm revelando mais dinâmicos, desde a eclosão da crise financeira internacional, são aqueles que absorvem os produtos menos elaborados e, sob o aspecto da capacidade de encadeamento produtivo, de menor dinamismo. As exportações para os principais mercados de destino dos produtos de maior grau de elaboração foram as que mais sofreram com a crise. Como se observa a seguir, a análise da pauta por setores e por conteúdo tecnológico reflete essas evoluções “bilaterais” e indicam que a recuperação das exportações está reforçando a tendência de *primarização* relativa da pauta de exportações observada, pelo menos, desde 2005.

QUADRO 1

Evolução do preço das commodities

Desde 2003, os preços das *commodities* – tanto agrícolas como minerais – têm apresentado um crescimento sustentado. Em uma perspectiva de longo prazo, tal crescimento corresponde a uma ruptura com a evolução observada nas décadas anteriores e contrasta, em termos reais, com a trajetória de queda dos preços das *commodities* desde o início dos anos 1980. Porém, se compararmos a evolução posterior a 2003, o crescimento acumulado até 2007 foi relativamente inferior ao observado no curto espaço de tempo correspondente ao primeiro semestre de 2008 (tabela A1 no Anexo).

Nos meses que antecederam a eclosão da crise no mercado internacional, observa-se um pico nos preços das *commodities* em geral. Conforme mostra o gráfico A.1 no Anexo, não somente o preço do petróleo alcançou seu nível mais elevado em julho de 2008, mas também o de diversas outras *commodities*. O índice da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization – FAO),¹ por exemplo, indica que até o mês de junho de 2008 os preços dos alimentos tinham acumulado uma valorização de cerca de 40%, relativamente à média de 2007. Tal aumento exacerbou o temor de uma crise alimentar mundial, segundo o qual o movimento especulativo em direção das *commodities* agrícolas juntar-se-ia a outros fatores, causando um aumento da fome no mundo.

(Continua)

22. A tabela A2, em anexo, detalha as exportações segundo principais blocos/regiões de destino e produto, segundo fator agregado, para 2007, 2008, 2009 e 1º semestre de 2010.

(Continuação)

Além do aquecimento da economia mundial, a valorização do preço das *commodities* resultou de um movimento especulativo em diversos mercados (gráfico A,1 no Anexo). De fato, diante da valorização do dólar norte-americano e dos sinais de aprofundamento da crise financeira internacional, os investidores buscaram rentabilidade em ativos reais, como alimentos e metais. Visto que o comércio internacional tornou-se profundamente ligado ao mercado financeiro (alguns autores apontaram para um processo de “financeirização” crescente do comércio de mercadorias e, por consequência, dos alimentos),² o comércio internacional de minerais e de alimentos encontrou-se mais sujeito a ataques especulativos do que em períodos precedentes. A evolução dos preços internacionais das *commodities*, sobretudo das agrícolas, foi bastante heterogênea, mas as cotações de produtos, tais como milho e laranja, chegaram a se valorizar em 39% no primeiro semestre de 2008.

A eclosão da crise financeira reverteu repentinamente a tendência alista dos preços das *commodities*. O índice de preço das *commodities*, excluindo-se petróleo, ao atingir seu valor mais baixo em dezembro de 2008, chegou quase ao nível médio de 2007. Em suma, se no período pré-eclosão da crise houve uma valorização sem precedentes dos preços das *commodities*, ela mesma se encarregou de anular tal valorização. Isso se deveu, sobretudo, à saída dos capitais especulativos desses mercados, dadas as necessidades de liquidez em outros mercados.

A partir do início de 2009, no entanto, observou-se uma recuperação dos preços das *commodities*. Para muitos produtos, os preços atingiram, em meados de 2010, níveis superiores à média de 2007. O comportamento dos preços difere segundo as diversas *commodities*, em função da elasticidade-renda mais baixa dos alimentos e da preferência dos investidores por *commodities* metálicas e petróleo, o que, aliás, tem sido apontado como o principal responsável por esta recuperação recente, apesar da lenta recuperação da demanda mundial.³

Notas: 1. *Monthly Food Price Indices*, FAOSTAT (<<http://www.faostat.fao.org>>).

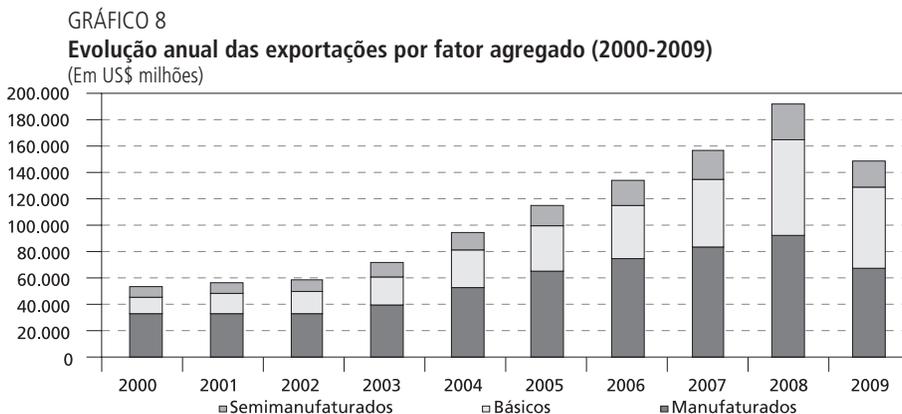
2. Ver, por exemplo, FAO (2008) ou Redrado *et al.* (2009), que, apesar de argumentarem que a *financeirização* afeta somente o mercado no curto prazo, fornecem diversas evidências e referências bibliográficas acerca do problema da *financeirização* dos mercados de *commodities*. Segundo Redrado *et al.* (2009), por exemplo, “Domanski and Healt (2007) have pointed out that contracts in derivative commodity markets tripled between 2002 and 2005; while in the same period the ratio of financial activity of crude oil and copper to their world productions increased from 3.2 to 3.9 and from 30.5 to 36.1, respectively” (p. 12).

3. Ver Iedi (2009) ou Intal (2010).

5 EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES SEGUNDO OS SETORES

As exportações de produtos básicos, fortemente impulsionadas pelo aumento dos preços internacionais, foram as principais responsáveis pelo crescimento das exportações brasileiras no período 2002-2008. Frente a um crescimento acumulado de 228% para as exportações *totais* no período, as vendas de produtos básicos

aumentaram de 330%, enquanto as exportações de semimanufaturados e manufaturados cresceram, respectivamente, de 202% e 181% (gráfico 8).



Fonte: Secex/MDIC. Disponível na página eletrônica: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>.

Elaboração da autora.

A evolução no período mais recente mostra que, a partir de meados de 2008, reduziu-se a quantidade exportada de todos os tipos de bem (gráficos 9 e 10). O *timing* e a intensidade dessa queda, no entanto, diferiram segundo as classes de produtos. A queda das exportações dos produtos básicos iniciou-se em agosto – devido à contração dos preços e à da demanda –, com uma intensidade maior do que a dos demais produtos (se compararmos o valor mais elevado com o valor mais baixo: -58,3% entre maio de 2008 e janeiro de 2009). Esses produtos, no entanto, viveram um período de forte volatilidade no meio do ano de 2008. O *quantum* exportado já apresentava queda desde maio, enquanto os preços tiveram um forte aumento nos meses de julho e de agosto, compensando a redução da quantidade (quadro 1).²³

A partir de janeiro de 2009, no entanto, a quantidade exportada de produtos básicos voltou a subir, enquanto seus preços retomaram trajetória ascendente logo em seguida (a partir do mês de fevereiro). No segundo semestre de 2009, o movimento de recomposição de estoques pareceu se arrefecer e o *quantum* exportado voltou a cair. Os preços, por seu turno, continuaram sua trajetória ascendente, o que, aliás, se manteve até as últimas informações referentes a meados de 2010. Como resultado, o *quantum* médio de 2009 ficou um pouco acima daquele observado em 2008. Em junho de 2010, no entanto, o nível médio de 2009 já foi amplamente superado pela média observada no primeiro semestre de 2010. Ou seja, embora se tenha observado um forte, mas não durável, aumento do *quantum* exportado de produtos básicos no ano de 2009, os preços vêm

23. Como sugerido no quadro 1, esse aumento esteve relacionado ao *boom* dos preços das *commodities* que, entre outros aspectos, respondeu a um componente especulativo

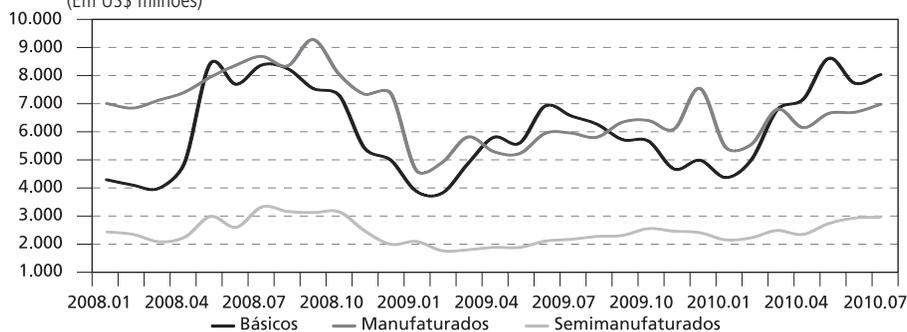
umentando sem interrupção (tendência observada também no primeiro semestre de 2010), fazendo com que esses produtos ganhem peso na pauta de exportações.²⁴

Enfim, vale assinalar que as exportações de básicos não somente têm ganho peso na pauta de exportações, mas têm sido também progressivamente mais destinadas para a Ásia e para a União Europeia. Os produtos que têm contribuído positivamente para essa evolução são, sobretudo, soja, açúcar, café e, em menor medida, minério de ferro e fumo.

GRÁFICO 9

Evolução mensal das exportações por fator agregado (2008-2010)

(Em US\$ milhões)



Fonte: FuncexData – Funcex; Secex – MDIC. Disponíveis na página eletrônica: <<http://www.funcexdata.com.br>> e <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>.

Elaboração da autora.

No que se refere aos produtos manufaturados, a queda do valor exportado foi posterior e menos intensa do que no caso dos produtos básicos. Isso se deve a uma queda menos abrupta dos preços e a uma redução da quantidade exportada de magnitude semelhante à dos produtos básicos. Como sugere o gráfico 10, a quantidade exportada de manufaturados caiu intensamente no final do ano de 2008 – somente entre dezembro e janeiro de 2009, o *quantum* exportado caiu 39%. Essa redução “tardia” deve-se às características desses produtos: os contratos de venda e de embarque de parte dos produtos manufaturados (bens de capital e bens de consumo duráveis, notadamente) são de mais longo prazo, explicando parte da defasagem de resposta de tais produtos relativamente aos produtos básicos e semimanufaturados.

A despeito desse fato, as exportações de manufaturados já vinham apresentando uma tendência de queda, já que, no primeiro semestre de 2008, época da “euforia pré-crise”, cresceram menos do que os demais produtos (gráfico 9). Este fato reflete a evolução dos preços desses bens, que, sendo menos voláteis do que os dos demais produtos, fez com que as exportações de manufaturados se beneficiassem menos do crescimento dos preços no primeiro semestre de 2008 (e, mais tarde, sofressem menos

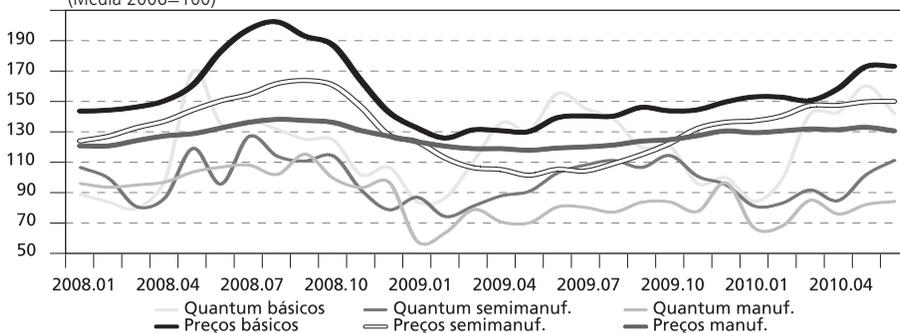
24. O peso dos produtos básicos na pauta de exportações foi de 32% em 2007, 37% em 2008, 40% em 2009 e 42% no primeiro semestre de 2010, segundo a Secex.

com a queda dos mesmos). A forma da curva que representa o índice de preços dos bens manufaturados – explicitada no gráfico 10 – mostra que esses bens foram aqueles que atravessaram variações de preços mais suaves. Pelo lado das quantidades, a perda de dinamismo, que tem ocorrido desde 2007, agravou-se no período de crise, em função, possivelmente, da retração da demanda norte-americana.

A recuperação das exportações desses produtos também foi mais lenta, por diversas razões. Em primeiro lugar, alguns setores manufaturados – notadamente o automotivo – foram muito afetados pela crise financeira. Em segundo lugar, as exportações desses produtos, pelas características de seus contratos (maior valor e prazo), foram os mais afetados pela contração do crédito. Em terceiro lugar, em geral, exportações de manufaturados apresentam elasticidades-renda mais elevadas. No caso brasileiro, as exportações de manufaturados dirigem-se, sobretudo, para países da América Latina, e estimativas mostram que essas exportações para tais destinos são, em geral, mais sensíveis a variações da renda. Entre os dez principais parceiros comerciais do Brasil, os dois países que apresentaram maior queda nas importações totais, em 2009 (relativamente ao mês anterior, dados do COMTRADE), são Chile e Argentina, que se constituem como importantes mercados de destino das exportações brasileiras de manufaturados.

A trajetória das exportações mensais de manufaturados, em 2009, foi relativamente menos volátil do que a de básicos, apresentando um crescimento pequeno, porém contínuo, com fortes flutuações no final do ano. Tal evolução reflete uma relativa estabilidade do *quantum* exportado e um leve crescimento dos preços. No primeiro semestre de 2010, observou-se a manutenção dessa trajetória. Como resultado, as exportações de manufaturados têm perdido espaço nas exportações totais, passando de 55%, em 2005, para 43%, no primeiro semestre de 2010.

GRÁFICO 10
Evolução mensal do *quantum* e dos preços das exportações por fator agregado (2008-2010)
(Média 2006=100)



Fonte: FuncexData – Funcex; Secex-MDIC. Disponíveis na página eletrônica: <<http://www.funcexdata.com.br>> e <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>.

Elaboração da autora.

Entre os produtos manufaturados, material de transporte foi aquele cuja contribuição para a redução das exportações foi mais relevante em 2009, devido à queda de 40% nas exportações e ao peso no total exportado (10,1%). As vendas de automóveis e de autopeças, de veículos de carga e de aviões sofreram acentuada redução. No primeiro semestre de 2010, no entanto, as vendas de material de transporte, exceto de aviões e de suas partes, mostraram uma forte recuperação relativamente ao mesmo período do ano anterior (27,7%). A retração de máquinas e de equipamentos em 2009, puxada por compressores e bombas e por máquinas para terraplanagem e para perfuração, também contribuiu significativamente para a queda das exportações totais. O conjunto de máquinas e de equipamentos representou cerca de 4% do total, e a retração no ano foi de 35%. Em 2010, observou-se uma retomada das exportações desse grupo de produtos, que, relativamente ao primeiro semestre de 2009, cresceram 26%. Vale assinalar que tanto as exportações de material de transporte quanto as de máquinas e de equipamentos apresentaram elasticidade-renda elevada e, por isso, sofreram muito em 2009 com a contração da demanda e do crédito. Da mesma forma, no primeiro semestre de 2010, esses setores têm apresentado vigoroso crescimento em decorrência da retomada das atividades em alguns dos mercados de destino das exportações brasileiras, notadamente América do Sul.

Todos os demais grupos de produtos manufaturados (químicos, material elétrico e eletrônico, papel e celulose, têxteis e calçados, entre outros) apresentaram contração dos valores exportados em 2009. Apenas alguns deles têm revelado um bom desempenho no primeiro semestre de 2010, o destaque ficando para celulose, para calçados e para produtos químicos.

O desempenho do valor exportado de semimanufaturados apresentou uma queda próxima ao dos manufaturados em 2009 (25%), fruto de uma forte contração dos preços e de uma redução menos acentuada do *quantum*. No primeiro semestre de 2010, o valor das exportações mostrou um vigoroso crescimento relativo ao ano anterior, devido a um forte aumento dos preços e a uma variação pequena, porém positiva, do *quantum*. Nesse grupo, os produtos metalúrgicos foram os maiores responsáveis pela queda das exportações em 2009, sendo que parte deles ainda apresenta desempenho negativo no primeiro semestre de 2010. Celulose, ao contrário, depois de ter apresentado uma queda relativamente pequena em 2009 (-15%), mostrou um forte crescimento no primeiro semestre de 2010 (56%, relativamente ao mesmo período do ano anterior). A evolução aqui descrita, em termos de setores, também pode ser examinada do ponto de vista da intensidade tecnológica dos produtos exportados.

5.1 Evolução das exportações por intensidade tecnológica

A evolução da pauta de exportações, após a crise, acentuou a tendência de perda de importância de produtos mais elaborados e com maior intensidade tecnológica.

Tal tendência era observada desde o início da década, mas foi acentuada em 2009. E, conjuntamente à evolução das importações, fizeram com que o déficit dos produtos de maior conteúdo tecnológico²⁵ atingisse US\$ 45 bilhões, ou seja, valor correspondente a cerca de cinco vezes o déficit observado em 2005.

TABELA 2
Composição e evolução da pauta de exportações brasileiras segundo intensidade tecnológica (2000-2009)
(Em %)

	Part. média 2000/08 (% do total)	Part. média 2005/08 (% do total)	Part. 2009 (% do total)	Var. 2009/2008 (%)
Total	100,0	100,0	100,0	-22,7
Produtos industriais ¹	79,0	76,3	68,4	-26,3
Indústria de alta tecnologia (I)	8,3	6,6	5,9	-21,4
Aeronáutica e aeroespacial	4,0	3,0	3,0	-25,2
Farmacêutica	0,7	0,7	1,0	4,6
Material de escritório e informática	0,4	0,3	0,1	-13,7
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	2,6	2,2	1,3	-28,8
Instrumentos médicos de ótica e precisão	0,5	0,5	0,5	-16,4
Indústria de média-alta tecnologia (II)	22,5	22,8	17,8	-32,2
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	1,7	1,9	2,0	-20,6
Veículos automotores, reboques e semirreboques	9,7	9,8	6,1	-42,6
Produtos químicos, excl. farmacêuticos	5,1	4,9	4,9	-14,1
Equipamentos p/ ferrovia e material de transporte n. e.	0,3	0,4	0,2	-30,2
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	5,7	5,9	4,6	-35,3
Indústria de média-baixa tecnologia (III)	18,8	19,6	16,2	-36,4
Construção e reparação naval	0,3	0,4	0,1	-92,3
Borracha e produtos plásticos	1,5	1,5	1,5	-19,2
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	4,0	4,5	3,8	-39,0
Outros produtos minerais não-metálicos	1,5	1,4	1,0	-26,8
Produtos metálicos	11,5	11,9	9,8	-34,6
Indústria de baixa tecnologia (IV)	29,4	27,3	28,5	-15,1
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	1,3	1,1	0,9	-24,6
Madeira e seus produtos, papel e celulose	5,9	5,0	4,4	-22,3
Alimentos, bebidas e tabaco	17,2	17,5	20,7	-10,3
Têxteis, couro e calçados	4,9	3,7	2,5	-31,3
Produtos não industriais	21,0	23,7	31,6	-13,7

Fonte: Secex /MDIC. Disponível na página eletrônica: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>.
Elaboração da autora.

25. Categorias de média-alta e alta intensidade tecnológica.

Conforme explicitado na tabela 2, a evolução da pauta de exportações, em termos de intensidade tecnológica dos produtos, vinha, até a eclosão da crise, mostrando duas tendências: *i*) em primeiro lugar, de ganho de peso dos produtos não industriais (compatível com a crescente participação dos produtos básicos e dos semimanufaturados); *ii*) e, em segundo lugar, de concentração nas categorias de média intensidade tecnológica, com redução do peso das categorias de alta e de baixa tecnologia.

Em 2009, a primeira tendência foi exacerbada e os produtos não industriais saltaram de 26%, em 2008, para 32%, do total exportado em 2009. No tocante à segunda tendência, ela não foi continuada: entre os produtos industriais, a única categoria a não perder espaço na pauta de exportações foi a de baixa intensidade tecnológica, o que correspondeu a uma reversão na queda de sua participação nas exportações totais, observada desde o início do milênio. Entre as demais categorias, a menor redução ocorreu para as exportações de produtos de alta intensidade, o que corresponde também a uma reversão na perda continuada de importância desses produtos no total. As categorias de média intensidade (alta e baixa) tiveram seus pesos respectivos reduzidos para 16% e para 18% relativamente ao ano anterior. A perspectiva para 2010, a partir dos dados referentes ao primeiro semestre do ano, é que haja uma recuperação dos setores de intensidade média e baixa tecnologia, em prejuízo das exportações dos produtos de maior conteúdo tecnológico.

Vale assinalar que, referente à produção doméstica, os setores de maior intensidade tecnológica foram aqueles que mais sofreram com a crise econômica internacional. Seu desempenho refletiu o patamar de investimento da economia, o qual foi afetado pela reversão das expectativas e pela retração do crédito. Porém, conforme ressaltam De Negri, Alvarenga e Santos (2009), esses setores têm sido também aqueles cuja produção mostrou mais rápida reação ao longo de 2009.

Por um lado, os setores de intensidade média tiveram suas participações reduzidas abruptamente, devido principalmente à retração das exportações de quatro segmentos: *i*) entre os de média-alta tecnologia, veículos automotores e máquinas e equipamentos; *ii*) e, entre os de média-baixa tecnologia, produtos metálicos e produtos de petróleo refinado. No primeiro semestre de 2010, no entanto, as exportações dessas classes tendem a aumentar devido ao comportamento dos setores mencionados, conforme já comentado.

Entre os setores de alta tecnologia, dois deles tiveram quedas de exportações significativas em termos absolutos em 2009: aeronáutica e aeroespacial e equipamentos de rádio, TV e comunicação. As estatísticas referentes às exportações desses produtos no primeiro semestre de 2010 indicaram uma continuidade na retração das vendas. Em compensação, a indústria farmacêutica foi a única a apresentar variação positiva em 2009.

O conjunto dos setores classificados como baixa tecnologia teve sua participação total aumentada na pauta, em virtude do relativo bom desempenho de alimentos, de bebidas e de tabaco. Os demais setores sofreram reduções bastante importantes, sobretudo têxteis, couros e calçados, cuja queda, em 2009, acentuou a perda de participação na pauta de exportações observada desde os anos 1990.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise financeira internacional de 2008 atingiu a economia brasileira em pleno ciclo de crescimento, para o qual as exportações vinham contribuindo de forma positiva e significativa. De fato, em 2008, o valor das exportações atingiu o recorde de US\$ 197 bilhões e, apesar de uma tendência de regressão da composição da pauta – desde meados da década –, todos os grupos de produtos exportados vinham beneficiando-se do bom momento do comércio internacional. Grande parte do crescimento das exportações foi atribuída à alta dos preços das *commodities*, que não somente aumentava o valor das exportações brasileiras desses produtos, como também estimulava a demanda, por parte de outros países produtores de *commodities*, pelos produtos manufaturados brasileiros.

A alta dos preços das *commodities* vinha sendo observada desde 2003, como consequência do aquecimento da demanda mundial, mas também em função de movimentos especulativos, que foram exacerbados com a degradação da situação financeira norte-americana e acabaram por gerar um movimento altista nos mercados das *commodities* nos meses que antecederam à deflagração da crise financeira internacional. Por consequência, os valores mensais das exportações atingiram índices recordes, entre maio e setembro de 2008. Essa alta base de comparação, resultante de um movimento especulativo associado à própria crise financeira, explica, juntamente à contração da demanda global e à retração do crédito, a forte queda dos fluxos de comércio no período subsequente. O impacto da crise foi maior para as exportações do que para as importações, e, entre os produtos exportados, os mais afetados foram aqueles de maior grau de elaboração.

Passados dois anos da eclosão da crise, os valores das importações e das exportações encontram-se apenas 10% abaixo dos níveis de pico de 2008. A resposta dos fluxos de comércio brasileiros foi relativamente rápida em termos de valor e, apesar das importações terem crescido relativamente mais do que as exportações (sobretudo em termos de *quantum*), por enquanto a balança comercial tem permanecido superavitária – ainda que o saldo seja decrescente.

Além do forte impacto no volume de comércio, a crise ocasionou bruscas mudanças na composição setorial e geográfica das exportações brasileiras que, com efeito, acentuaram certas tendências de especialização internacional

da economia já observadas no início da década. Tais mudanças pareciam, a princípio, conjunturais, mas se têm mostrado persistentes e acabam por reforçar o movimento de primarização da pauta exportadora brasileira, identificado por alguns autores desde o início da década. No que se refere à especialização setorial, poder-se-ia esperar, no imediato pós-crise, que as *commodities* teriam seu peso no total exportado reduzido em função de preços menos “inflados”. Esse efeito não foi observado, visto que os preços das *commodities*, apesar de uma razoável volatilidade (sobretudo para as *commodities* não agrícolas), voltaram a crescer e já se encontram em níveis comparáveis àqueles observados no primeiro semestre de 2008. As exportações de produtos manufaturados, por sua vez, não têm logrado retomar uma trajetória ascendente. Por consequência, as exportações de produtos básicos têm ganho espaço na pauta brasileira, puxados tanto pelos preços quanto pelas quantidades embarcadas. No primeiro semestre de 2010, seu peso na pauta de exportações brasileiras superou o dos produtos manufaturados.

No tocante à especialização geográfica, a composição da pauta exportadora, no pós-crise, tem dependido do desempenho econômico dos mercados de destino dos diferentes produtos exportados pelo Brasil. Nesse sentido, as vendas para a China e para outros países asiáticos têm se destacado por apresentarem um forte crescimento. O valor das exportações para a China cresceu 23%, relativamente a 2008, fazendo com que esse país se tornasse, em 2009, o primeiro mercado de destino das exportações brasileiras. As vendas para Índia e para Coreia do Sul também cresceram, mas os valores são bem inferiores. Por outro lado, parceiros tradicionais como Argentina, EUA e Chile perderam espaço no imediato pós-crise. Embora as vendas para a América do Sul estejam mostrando boa recuperação em 2010, os valores embarcados ainda se encontram abaixo daqueles observados em 2007 e 2008. No caso dos EUA, as vendas caíram de forma acentuada e a recuperação tem sido mais lenta. Como as vendas brasileiras para os diversos mercados têm perfis bastante diferenciados, o presente “rearranjo” geográfico parecer reforçar a especialização da pauta de exportações em produtos de menor valor agregado e revela uma aparente contradição, segundo a qual o mercado mais “dinâmico” das exportações brasileiras (no sentido de maiores taxas de crescimento) é um grande comprador de produtos de baixo “dinamismo” (no sentido de geração de valor).

A manutenção de tal tendência dependerá, de um lado, da evolução de fatores externos, como o ritmo de crescimento dos preços das *commodities* e a recuperação econômica dos parceiros comerciais brasileiros – que, por enquanto, tem evoluído no sentido de consolidar a tendência de primarização da pauta de exportações brasileiras. De outro, poderá resultar de decisões de política

econômica interna que, ao reconhecer os problemas associados a uma demasiada concentração das exportações em produtos de baixo valor agregado, fortaleçam as exportações de bens de maior valor agregado.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Swimming against the tide: how developing countries are coping with the global crisis.** Background paper prepared by World Bank Staff for the G20 finance Ministers and Central Bank governors meetings. Washington-DC: World Bank, mar. 2009.

BÁRCENA, A. Structural constraints on development in Latin America and the Caribbean: a post-crisis reflection. **Revista de la Cepal**, n. 100, p. 7-27, abr. 2010.

BÉNASSY-QUÉRÉ, A. *et al.* **Economic crisis and global supply chains.** Paris: Centre d'Etudes Prospectives et d'Informations Internationales (CEPII), 2009. Document de travail, n. 2009-15.

BOÛET, A.; LABORDE, D. Assessing the potential cost of a failed Doha Round. **World Trade Review**, Cambridge University Press, vol. 9, n. 2, p. 319-351, abr. 2010.

BOWN, C. **Temporary trade barriers database.** Washington-DC: World Bank, maio 2010. Disponível em: <<http://econ.worldbank.org/ttbd>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

_____. **Protectionism continues its climb: spike in "safeguard" use is major contributor to 12.1% global increase in industry demands for new import restrictions during second quarter of 2009.** Brandeis University/ Brookings Institution, jul. 2009. Disponível em: <http://people.brandeis.edu/~cbown/global_ad/monitoring/2009-07-23-Bown-GAD-Monitoring.htm>.

CALVO, G. La super-crisis subprime: claves para entenderla y navegarla. *In: Seminario da CAF: la crisis financiera global y su impacto em America Latina.* Caracas, 1 dez. 2008.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **El comercio internacional en América Latina y el Caribe en 2009: crisis y recuperación.** Santiago: CEPAL, 2009. (LC/L.3184-P).

DE NEGRI, F.; ALVARENGA, G.; SANTOS, C. Produção industrial por intensidade tecnológica: setores intensivos em tecnologia foram mais afetados durante a crise. **Radar**, Brasília: Ipea, n. 4, out. 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). Aumento de los precios de los alimentos: hechos, perspectivas, impacto y acciones requeridas. *In*: FAO (Org.). **Conferencia de alto nivel sobre la seguridad alimentaria mundial**: los desafíos del cambio climático y la bioenergía. Roma: FAO, jul. 2008. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/foodclimate/HLCdocs/HLC08-inf-1-S.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2010.

FARHI, M.; BORGHI, R. A. Z. Operações com derivativos financeiros das corporações de economias emergentes. **Estudos Avançados**, vol. 23, n. 66, p. 169-188, 2009.

INTAL. Perspectivas de aumento dos preços dos alimentos durante a próxima década. **Carta mensal Intal**, Washington: BID/Intal, n. 167, 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Economia global: a reação nos preços das *commodities*. **Análise Iedi**, São Paulo: Iedi, 16 jun. 2009.

OCAMPO, J. A. Impactos de la crisis financiera mundial sobre América Latina. **Revista de la Cepal**, Santiago: Cepal, n. 97, p. 9-32, abr. 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMERCIO (OMC). **World trade report 2009**: trade policy commitments and contingency measures. Genebra: OMC, 2009a.

_____. **Report to the TPRB from the director-general on the financial and economic crisis and trade related developments**. Genebra: OMC, 2009b.

REDRADO, M. *et al.* **Financialization of commodity markets**: nonlinear consequences from heterogeneous agent behavior. Buenos Aires: Banco Central de la Republica Argentina (BCRA), 2009. Working Paper, n. 2009-44. Disponível em: <http://www.bcra.gov.ar/pdfs/investigaciones/WP_2009_44i.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2010.

RIBEIRO, F. Uma breve avaliação dos primeiros impactos da crise sobre os fluxos de comércio exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, Rio de Janeiro: Funcex, n. 75, 2009.

RIOS, S.; IGLESIAS, R. Respostas de política econômica e comercial à crise internacional: o caso do Brasil. **Breves Cindes**, n. 24, set. 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGLIETTA, M. **La crise**. Paris: Michalon, 2008.

FREITAS, M. C. P. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estudos Avançados**, vol. 23, n. 66, p. 125-145, 2009.

INTAL. Recessão e protecionismo “dentro das regras”: os riscos para o sistema multilateral de comércio. **Carta mensal Intal**, BID/Intal, n. 150, 2009a.

_____. Falta de financiamento ameaça comércio mundial. **Carta mensal Intal**, Washington: BID/Intal, n.152, 2009b.

KRUGMAN, P. **A crise de 2008 e a economia da depressão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

NAIDIN, L.; GADELHA, F.; LEMME, M. A crise econômica, as políticas governamentais e o comércio internacional. **Pontes**, International Centre for Trade and Sustainable Development, vol. 5, n. 2, 2009.

ANEXO

TABELA A.1

Evolução do índice de preços das commodities (2003-2010)

(% acumulada)

	Índ. Preços <i>Commodities</i> (exceto petróleo)	Índ. Preços <i>Commodities</i> (inclusive petróleo)
2003jan./2007dez.	68.6	111.2
2007dez./2008jul.	30.2	39.9
2008jul./2008dez.	-32.2	-50.6
2008dez./2010jun.	14.9	33.9

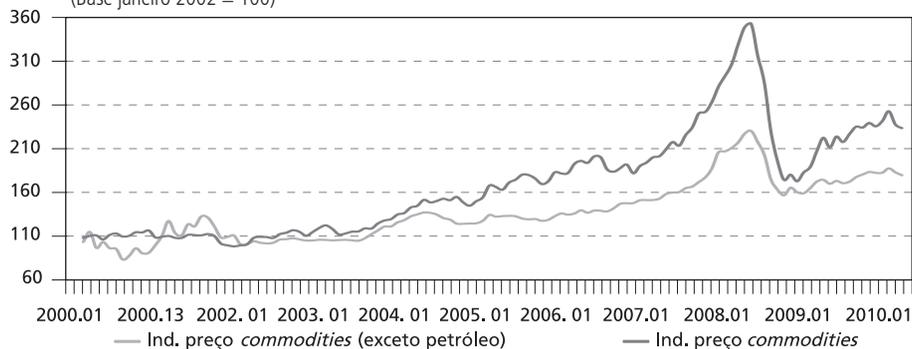
Fonte: Ipeadata. Disponível na página eletrônica: <www.ipeadata.gov.br>.

Elaboração da autora.

GRÁFICO A.1

Evolução do índice de preços das commodities, inclusive e exclusive petróleo (2000-2010)

(Base janeiro 2002 = 100)



Fonte: Ipeadata. Disponível na página eletrônica: <www.ipeadata.gov.br>.

Elaboração da autora.

TABELA A.2

Exportações brasileiras, segundo fator de uso e mercado de destino (2007-2010)

(Base janeiro 2002 = 100)

	2007		2008		2009		2010 1º semestre	
	US\$ milhões	Part.%	US\$ milhões	Part.%	US\$ milhões	Part.%	US\$ milhões	Part.%
<i>Produtos básicos</i>	51.596	100,0	73.028	100,0	61.957	100,0	38.686	100,0
Ásia (exclusive Oriente Médio)	14.917	28,9	23.694	32,5	25.255	40,8	17.439	45,1
União Europeia	18.190	35,3	21.697	29,7	16.197	26,1	9.076	23,5
Oriente Médio	3.263	6,3	4.601	6,3	4.401	7,1	2.627	6,8
Estados Unidos	4.870	9,4	6.262	8,6	4.068	6,6	2.661	6,9
Aladi	3.370	6,5	5.000	6,9	2.921	4,7	1.888	4,9
- Mercosul	710	1,4	1.074	1,5	617	1,0	596	1,5
- Aladi (exclusive Mercosul)	2.660	5,2	3.926	5,4	2.304	3,7	1.293	3,3
Caricom ¹	1.538	3,0	4.123	5,7	2.638	4,3	1.712	4,4
África (exclusive Oriente Médio)	1.583	3,1	2.250	3,1	2.197	3,6	1.136	2,9

(Continua)

(Continuação)

	2007		2008		2009		2010 1º semestre	
Europa Oriental	2.553	5,0	3.405	4,7	2.160	3,5	1.251	3,2
<i>Produtos semimanufaturados</i>	21.800	100,0	27.073	100,0	20.499	100,0	12.374	100,0
Ásia (exclusive Oriente Médio)	5.979	27,4	8.357	30,9	8.766	42,8	4.352	35,2
União Europeia	5.852	26,8	6.837	25,3	3.840	18,7	2.682	21,7
Estados Unidos	4.275	19,6	4.931	18,2	2.085	10,2	1.442	11,7
Aladi	1.309	6,0	1.633	6,0	986	4,8	754	6,1
- Mercosul	497	2,3	642	2,4	297	1,5	244	2,0
- Aladi (exclusive Mercosul)	812	3,7	991	3,7	689	3,4	510	4,1
África (exclusive Oriente Médio)	1.078	4,9	1.338	4,9	1.472	7,2	797	6,4
Oriente Médio	842	3,9	1.243	4,6	1.142	5,6	661	5,3
Europa Oriental	1.072	4,9	1.225	4,5	883	4,3	964	7,8
Aelc ²	693	3,2	744	2,8	690	3,4	444	3,6
Canadá	292	1,3	308	1,1	393	1,9	164	1,3
<i>Produtos manufaturados</i>	83.943	100,0	92.683	100,0	67.349	100,0	36.139	100,0
Aladi	31.550	37,6	36.395	39,3	25.945	38,5	15.432	42,7
- Mercosul	16.115	19,2	20.002	21,6	14.886	22,1	8.837	24,5
- Aladi (exclusive Mercosul)	15.435	18,4	16.393	17,7	11.058	16,4	6.595	18,3
União Europeia	16.317	19,4	17.641	19,0	13.680	20,3	7.356	20,4
Estados Unidos	16.054	19,1	16.321	17,6	9.463	14,1	4.840	13,4
África (exclusive Oriente Médio)	5.907	7,0	6.573	7,1	5.012	7,4	1.876	5,2
Ásia (exclusive Oriente Médio)	4.150	4,9	5.331	5,8	5.354	8,0	2.569	7,1
Oriente Médio	2.292	2,7	2.207	2,4	2.007	3,0	939	2,6
Canadá	1.814	2,2	1.297	1,4	1.099	1,6	582	1,6
Mercado Comum Centro-Americano ³	984	1,2	1.185	1,3	704	1,1	342	1,0
Demais da América	949	1,1	1.115	1,2	1.280	1,9	542	1,5
Caricom ¹	880	1,1	663	0,7	516	0,8	210	0,6
Total Geral	160.649	-	197.942	-	152.995	-	89.187	-

Fonte: Secex-MDIC. Disponível na página eletrônica: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>

Elaboração da autora.

- Notas: 1. Antiga Comunidade e Mercado Comum do Caribe, atual Comunidade do Caribe ou Comunidade das Caraíbas;
 2. Associação Europeia de Livre Comércio, formada por dois países alpinos: Liechtenstein e Suíça (os quais são para-ísos fiscais); e dois países nórdicos, Noruega e Islândia;
 3. Formado pelos países da América Central: Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador.